

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Catxerê Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Catxerê Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Catxerê Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

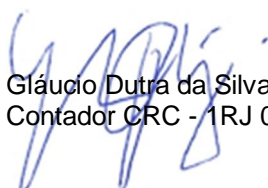
Outros assuntos

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.298	26.130
Concessionárias e permissionárias	8	5.446	6.082
Adiantamento a fornecedores		112	677
Estoques		835	540
Impostos a recuperar	9	3.029	3.036
Outros ativos circulantes		61	61
		42.781	36.526
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	6.342	6.394
Outros ativos não circulantes		3.495	3.105
Imobilizado não vinculado à concessão		299	180
Imobilizado	10	474.664	479.811
Intangível	11	117	132
		484.917	489.622
		527.698	526.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		480	579
Fornecedores - partes relacionadas	22	7	6
Financiamentos - terceiros	12	13.418	13.343
Impostos e contribuições sociais		978	875
Taxas regulamentares	13	1.349	1.940
Dividendos propostos	15	29.461	789
Outros passivos circulantes		445	294
		<u>46.138</u>	<u>17.826</u>
Passivo não circulante			
Financiamentos - terceiros	12	149.879	162.140
Outras provisões - compensação ambiental		6.741	2.533
Provisão para contingências	14	3.071	3.071
		<u>159.691</u>	<u>167.744</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		316.948	316.948
Reserva de lucros		29.461	789
Reserva legal		3.184	83
(Prejuízo) / Lucros acumulados	15	(27.724)	22.758
		<u>321.869</u>	<u>340.578</u>
		<u>527.698</u>	<u>526.148</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Receita operacional líquida	16	49.010	48.799
Custo da operação	17	<u>(23.226)</u>	<u>(18.197)</u>
Lucro bruto		25.784	30.602
Despesas gerais e administrativas	18	(849)	1.518
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(13)</u>	<u>-</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		24.922	32.120
Resultado financeiro	20	<u>(10.164)</u>	<u>(10.809)</u>
Receita financeira		4.739	2.392
Despesa financeira		<u>(14.903)</u>	<u>(13.201)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>14.758</u>	<u>21.311</u>
Imposto de renda e contribuição social		(3.217)	(2.396)
Lucro líquido do exercício		<u>11.541</u>	<u>18.915</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Lucro líquido do exercício	11.541	18.915
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>11.541</u>	<u>18.915</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	316.948	-	-	5.505	322.453
Lucro do exercício (não auditado)	-	-	-	18.915	18.915
Constituição de reserva legal (não auditado)	-	83	-	(83)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (não auditado)	-	-	789	(789)	-
Dividendos propostos (não auditado)	-	-	-	(790)	(790)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	316.948	83	789	22.758	340.578
Lucro do exercício	-	-	-	11.541	11.541
Constituição de reserva legal	-	3.101	-	(3.101)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	29.461	(29.461)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(29.461)	(29.461)
Dividendos intermediários pagos	-	-	(789)	-	(789)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	316.948	3.184	29.461	(27.724)	321.869

As notas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Lucro do exercício antes dos impostos	14.758	21.311
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros e variações cambiais sobre financiamentos	13.927	12.837
Depreciação e Amortização	14.994	13.684
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(145)	447
Outras provisões - compensação ambiental	4.161	(1.953)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	781	(1.079)
Estoques	(294)	(537)
Impostos a recuperar	7	300
Adiantamentos a fornecedores	174	(448)
Outros ativos	54	(1.933)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(41)	(373)
Tributos e contribuições sociais	(244)	(5.938)
Impostos pagos	(2.710)	(1.709)
Juros pagos	(13.301)	(12.840)
Taxas regulamentares	(596)	128
Outros passivos	(83)	(763)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>31.442</u>	<u>21.134</u>
Atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.378)	(1.599)
Baixa de imobilizado e- intangível	547	3.933
Títulos e valores mobiliários	(52)	6.394
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(9.883)</u>	<u>8.728</u>
Atividades de financiamento:		
Financiamentos pagos	(12.812)	(12.801)
Dividendos pagos	(789)	-
Dividendos intermediários pagos	(790)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(14.391)</u>	<u>(12.801)</u>
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.168</u>	<u>17.061</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>26.130</u>	<u>9.069</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>33.298</u>	<u>26.130</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

|

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Catxerê”) é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Cuiabá - no Estado de Mato Grosso.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 26 de novembro de 2008 o Consórcio constituído pelos acionistas na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica.

No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o contrato de concessão nº 11/2009 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas nos Estados de Mato Grosso e Goiás:

- (i) Linha de Transmissão em 500kV, circuito simples com extensão aproximada de 364 km, com origem na subestação Cuiabá e término na subestação Ribeirãozinho, ambas localizadas no Estado de Mato Grosso.
- (ii) Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples com extensão aproximada de 242 km com origem na subestação Ribeirãozinho no estado de Mato Grosso e término na subestação Rio Verde Norte, no Estado de Goiás.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP foi determinada em R\$35.448 (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em aproximadamente R\$49.886 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$51.641 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 16) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 15). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$265. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas DCRs.

As DCRs apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2016.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2.1 Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 10 – Imobilizado e 11 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Nota	31/12/2015			31/12/2014		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	33.298	-	33.298	26.130	-	26.130
Concessionárias e permissionárias	5.446	-	5.446	6.082	-	6.082
Adiantamento a fornecedores	112	-	112	677	-	677
Estoques	835	-	835	540	-	540
Ativo financeiro amortizável	a	(50.977)	50.977	-	(46.990)	46.990
Impostos a recuperar	3.029	-	3.029	3.036	-	3.036
Outros ativos circulantes	61	-	61	61	-	61
	42.781	(50.977)	93.758	36.526	(46.990)	83.516
Ativo não circulante						
Títulos e valores mobiliários	6.342	-	6.342	6.394	-	6.394
Ativo financeiro amortizável	a	(490.838)	490.838	-	(456.206)	456.206
Outros ativos não circulantes	3.495	-	3.495	3.105	-	3.105
Imobilizado não vinculadas à concessão	299	-	299	180	-	180
Imobilizado	b	474.664	474.664	479.811	479.811	-
Intangível	b	117	107	132	16	116
	484.917	(16.164)	501.081	489.622	23.621	466.001
	527.698	(67.141)	594.839	526.148	(23.369)	549.517

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Passivo							
Passivo circulante							
Fornecedores - terceiros		480	-	480	579	-	579
Fornecedores - partes relacionadas		7	-	7	6	-	6
Financiamentos - terceiros		13.418	-	13.418	13.343	-	13.343
Impostos e contribuições sociais		978	-	978	875	-	875
Taxas regulamentares		1.349	-	1.349	1.940	-	1.940
Dividendos propostos		29.461	-	29.461	789	-	789
Outros passivos circulantes		445	-	446	294	-	294
		46.138	-	46.139	17.826	-	17.826
Passivo não circulante							
Financiamentos - terceiros		149.879	-	149.879	162.140	-	162.140
Outras provisões - compensação ambiental		6.741	-	6.741	2.533	-	2.533
Provisão para contingências		3.071	-	3.071	3.071	-	3.071
Tributos diferidos	c	-	(39.416)	39.416	-	(46.127)	46.127
		159.691	(39.416)	199.107	167.744	(46.127)	213.871
Patrimônio líquido							
Capital social		316.948	-	316.948	316.948	-	316.948
Reserva de lucros		29.461	-	29.461	789	-	789
Reserva legal		3.184	-	3.184	83	-	83
(Prejuízo) / lucros acumulados	d/e	(27.724)	(27.725)	-	22.758	22.758	-
		321.869	(27.725)	349.593	340.578	22.758	317.820
		527.698	(67.141)	594.839	526.148	(23.369)	549.517

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Regulatório</u>	<u>31/12/2015</u> <u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u> <u>(não auditado)</u>	<u>31/12/2014</u> <u>Ajustes</u> <u>(não auditado)</u>	<u>Societário</u>
Receita operacional líquida	d	49.010	(22.031)	71.041	48.799	(19.480)	68.280
Custo da operação	e	<u>(23.226)</u>	<u>(5.154)</u>	<u>(18.072)</u>	<u>(18.197)</u>	<u>(16.227)</u>	<u>(1.970)</u>
Lucro bruto		25.784	(27.185)	52.969	30.602	(35.707)	66.310
Despesas gerais e administrativas		(849)	-	(849)	1.518	-	1.518
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		24.922	(27.185)	52.107	32.120	(35.707)	67.828
Resultado financeiro		<u>(10.164)</u>	<u>-</u>	<u>(10.164)</u>	<u>(10.809)</u>	<u>-</u>	<u>(10.809)</u>
Receita financeira		4.739	-	4.739	2.392	-	2.392
Despesa financeira		<u>(14.903)</u>	<u>-</u>	<u>(14.903)</u>	<u>(13.201)</u>	<u>-</u>	<u>(13.201)</u>
Resultado antes dos impostos		14.758	(27.185)	41.943	21.311	(35.708)	57.019
Imposto de renda e contribuição social	c	(3.217)	(23.298)	20.081	(2.396)	12.141	(14.537)
Lucro líquido do exercício		<u>11.541</u>	<u>(50.483)</u>	<u>62.024</u>	<u>18.915</u>	<u>(23.567)</u>	<u>42.482</u>

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bancos	117	641
Aplicações financeiras	33.181	25.489
	<u>33.298</u>	<u>26.130</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conta reserva – financiamentos	<u>6.342</u>	<u>6.394</u>
	<u>6.342</u>	<u>6.394</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (nota explicativa 12).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	4.746	5.897
Vencidas até 30 dias	74	34
Vencidas até 60 dias	28	45
Vencidas até 90 dias	41	23
Vencidas até 120 dias	20	27
Vencidas até 180 dias	537	56
Vencidas há mais de 180 dias	302	447
	<u>5.748</u>	<u>6.529</u>
(-) PCLD	<u>(302)</u>	<u>(447)</u>
	<u>5.446</u>	<u>6.082</u>

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	(447)	-
Reversão	145	-
Adição	-	(447)
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>(302)</u></u>	<u><u>(447)</u></u>

9. Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IR s/ aplicação financeira	2.133	2.133
IRPJ	687	687
CSLL	106	106
PIS	13	13
COFINS	61	61
Outros	29	36
	<u><u>3.029</u></u>	<u><u>3.036</u></u>

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Ativo imobilizado em serviço	(não auditado)							(não auditado)	
Transmissão	517.365	-	-	369	517.734	369	(53.506)	464.228	478.837
Terrenos	90	-	-	-	90	-	-	90	90
Edificações e benfeitorias	8.428	-	-	-	8.428	-	(1.006)	7.422	7.703
Máquinas e equipamentos	508.636	-	-	189	508.825	189	(52.392)	456.433	470.869
Veículos	-	-	-	180	180	180	(60)	120	-
Móveis e utensílios	211	-	-	-	211	-	(48)	163	175
	517.365	-	-	369	517.734	369	(53.506)	464.228	478.837
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	974	10.378	(547)	(369)	10.436	9.462	-	10.436	974
Máquinas e equipamentos	-	432	-	(426)	6	6	-	6	-
Outros	974	9.946	(547)	57	10.430	9.456	-	10.430	974
	974	10.378	(547)	(369)	10.436	9.462	-	10.436	974
	518.339	10.378	(547)	-	528.170	9.831	(53.506)	474.664	479.811

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10.2 Taxas de depreciação

	2015			2014
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				(não auditado)
Transmissão	4,09%	517.734	(53.506)	464.228
				478.837

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

10.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2015

	Material e equipamentos
Máquinas e equipamentos	432
Reparo de materiais	3.784
Adiantamentos a fornecedores	6.162
	10.378

10.4 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2015

Descrição do bem	Grupo	Valor
Cubículo alimentador	Máquinas e equipamentos	124
L200 Triton	Veículos	92
VW Space fox Trend	Veículos	44
VW Space fox Trend	Veículos	44
Serviço de instalação cubículo alimentador	Máquinas e equipamentos	35
Eclipse idu e eclipse pole	Máquinas e equipamentos	19
Ferramentas para manutenção	Máquinas e equipamentos	11

10.5 Principais baixas do ativo imobilizado em curso em 2015

As baixas feitas no exercício de 2015 foram consumo de itens classificados em material em depósito.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Em serviço	(não auditado)							(não auditado)	
Transmissão	35	-	-	-	35	-	(25)	10	17
Softwares	35	-	-	-	35	-	(25)	10	17
Administração	-	-	-	115	115	115	(8)	107	-
Softwares	-	-	-	115	115	115	(8)	107	-
	35	-	-	115	150	115	(33)	117	17
Em curso									
Administração	115	-	-	(115)	-	(115)			
Softwares	115	-	-	(115)	-	(115)			
	115	-	-	(115)	-	(115)			
	150	-	-	-	150	-			

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11.2 Taxas de amortização

Intangível em serviço	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
					(não auditado)
Transmissão	20,00%	35	(25)	10	17
Administração	20,00%	115	(8)	107	-
		150	(33)	117	17

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2015	2014
BNDES	08/2011	08/2028	Mensal	15/01/2016	Mensal	15/01/2016	SAC	(i)	TJLP + 2,21% a.a	163.297	175.483
										163.297	175.483
Circulante										13.418	13.343
Não circulante										149.879	162.140
										163.297	175.483

(i) Garantias

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	Amortização
2016	13.418
2017	13.031
2018	13.156
2019	13.282
2020 - 2028	110.410
	163.297

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

c) Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1.3 vezes. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

13. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) <i>(i)</i>	346	1.160
Taxa de fiscalização (TFSEE) <i>(ii)</i>	160	200
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) <i>(iii)</i>	843	580
	<u><u>1.349</u></u>	<u><u>1.940</u></u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei nr. 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Servidões Ambientais	871	871
	<u>2.200</u>	<u>2.200</u>
	<u>3.071</u>	<u>3.071</u>

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Trabalhista	170	-
Cível	<u>60</u>	<u>-</u>
	<u>230</u>	<u>-</u>

15. Patrimônio líquido

d) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$316.948 dividido em 316.948.233 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2015 e 2014</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	62.024	42.482
Absorção de prejuízo	-	(40.820)
Base para reserva legal	62.024	1.662
Reserva legal (5%)	(3.101)	(83)
Base de cálculo para os dividendos	58.923	1.579
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	29.461	789

Foi aprovada em Ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de agosto de 2015, referente a dividendos intermediários no valor de R\$789. Esse valor foi pago em 04 de setembro de 2015.

16. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Receita operacional bruta	52.908	52.816
Receita rateio de antecipação	4.155	2.978
Receita de encargos de transmissão	50.764	48.391
Recuperação de PIS e COFINS	1.991	1.959
Parcela ajuste do ciclo anterior	(3.992)	(364)
Indisponibilidade de equipamento	(10)	(148)
Deduções da receita operacional	(3.898)	(4.017)
PIS	(344)	(343)
COFINS	(1.587)	(1.584)
RGR	(1.323)	(1.325)
P&D	(505)	(500)
TFSEE	(139)	(265)
	49.010	48.799

17. Custo da operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Pessoal	(2.506)	(1.826)
Material	(277)	(2.850)
Serviços de terceiros	(4.752)	(1.682)
Depreciação e amortização	(14.986)	(13.684)
Gastos diversos	(705)	1.845
	(23.226)	(18.197)

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(246)	(159)
Serviços de terceiros	(618)	(613)
Arrendamentos e aluguéis	(78)	(62)
Provisão / reversão	124	2.623
Tributos	(19)	(256)
Depreciação e amortização	(8)	-
Outras	(4)	(15)
	<u>(849)</u>	<u>1.518</u>

19. Despesas de pessoal

Pessoal - operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração	(1.719)	(1.247)
Encargos	(594)	(422)
Benefícios	(193)	(157)
	<u>(2.506)</u>	<u>(1.826)</u>

Pessoal - administração

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração	(136)	(109)
Encargos	(41)	(33)
Despesas rescisórias	(18)	-
Benefícios	(48)	(17)
Outros	(3)	-
	<u>(246)</u>	<u>(159)</u>
	<u>(2.752)</u>	<u>(1.985)</u>

20. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	<u>4.739</u>	<u>2.392</u>
Receitas de aplicações financeiras	4.735	2.321
Outras receitas financeiras	4	71
Despesa financeira	<u>(14.903)</u>	<u>(13.201)</u>
Juros sobre financiamentos (nota explicativa10)	(13.688)	(12.837)
Variação cambial	(597)	-
Outras despesas financeiras	(618)	(364)
	<u>(10.164)</u>	<u>(10.809)</u>

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.298	26.130
Títulos e valores mobiliários	7	6.342	6.394
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamento a fornecedores		112	677
Concessionárias e permissionárias	8	5.446	6.082
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Financiamentos	12	163.297	175.483
Fornecedores - terceiros		480	579
Fornecedores - partes relacionadas	22	7	6

21.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1. Passivo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores – partes relacionadas (i)	7	6

22.2. Resultado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa aluguel (i)	(78)	(43)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem à despesas de aluguel junto a SGBH.